

Discurso no final do debate sobre o programa do Governo

18 de Agosto de 1979

Senhor Presidente da Assembleia da República,
Senhoras Deputadas,
Senhores Deputados:

1.

Quando, no início desta semana, apresentei, em breve introdução de ordem política, o programa do Governo a esta Assembleia, disse que considerava um privilégio poder fazê-lo. Estava então consciente de cumprir um dever constitucional perante o povo português, expondo à aprovação dos seus legítimos representantes as *perspectivas globais*, os *objectivos* e as *medidas políticas e legislativas* que integram o programa. Estou-o ainda. Ao ser-me facultada a possibilidade de uma intervenção final neste debate, sei que é ao povo português que a devo. Por isso, que me seja permitido, Senhoras e Senhores Deputados, saudar, em Vossas Excelências, os eleitores que representam e que, por vosso intermédio, trouxeram a estes dias de debate parlamentar algo do seu sentir e do seu querer.

Nos momentos de debate de ideias e propostas em que os Senhores Deputados se debruçaram, explicitamente sobre o conteúdo e significado do programa, encontrei numerosas sugestões e críticas que, bem ponderadas pelo Governo nos próximos dias, enriquecerão a sua actuação.

Foi para mim e para os meus colegas do Governo estímulo, na prossecução da tarefa que nos cabe, verificar que a orientação do programa, ainda que delineada num período de tempo escasso e sem o apoio de qualquer estrutura como aquela que naturalmente os partidos políticos possuem, encontrou eco e acolhimento em muitos dos oradores que intervieram no debate. Outros houve para quem as intenções e propostas do Governo permaneceram até ao fim obscuras e marcadas pela ambiguidade. A esses não tentarei convencer pela argumentação. Espero que a prática do Governo o faça, ao longo dos próximos 100 dias. Espero que, apesar da mais elementar confiança me ter sido explicitamente recusada, à partida, pelos dirigentes de alguns grupos parlamentares, a boa-fé e a honestidade moral de todos os sectores da população por eles representados, triunfem sobre os preconceitos com que o Governo, a que presido, foi e continua a ser julgado.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados:

Ao procurar esboçar uma *perspectiva globalizante* da acção governativa, ao tentar enquadrar os objectivos do programa numa *visão integrada do desenvolvimento*, ao fazer cair, ao menos na intenção, as muralhas napoleónicas entre sectores da vida pública que se devem interpenetrar para maior economia de meios e maior eficácia de resultados, o Governo não seguiu uma qualquer ciência de compêndio nem pretendeu refugiar-se na vacuidade das abstracções.

As nossas perspectivas e propostas, que alguns Senhores Deputados apelidaram de «vagas» e «abstractas», vêm antes marcadas pelo desejo que o Governo tem de não pautar a sua conduta segundo teorias e esquemas já sobejamente experimentados, mas antes de fazer face de forma directa e concreta, às necessidades reais da população. Trata-se de conceber o desenvolvimento e a



organização social não como a aplicação de modelos pré-determinados, mas como um processo endógeno, que nasce de dentro para fora, e que não é, portanto, facilmente rotulável à luz das ideologias dominantes. Curioso é, aliás, notar que o que é considerado «vago» e «abstracto» é, simultaneamente, acusado de introduzir, ilegitimamente, alterações na sociedade portuguesa. Que estranho paradoxo!

São as nossas propostas «vagas» e «abstractas» ou serão elas *precisas e concretas*, capazes de impor balizas bem definidas para a resolução dos problemas do dia-a-dia?

É a esta luz que me cabe perguntar: o que esteve, afinal, em causa neste debate?

- O *enquadramento político* do programa e os elementos que balizam a sua aplicação?
- As *perspectivas globais* que, no essencial, nenhum partido contestou?
- Os *objectivos por áreas* de programa?
- As *inovações estruturais*?
- As *medidas políticas* apontadas?

O que é, afinal, recusado, *tão visceralmente*, por alguns dos Senhores Deputados?

Ao ouvir, esta manhã, alguns Senhores Deputados, dei-me bem conta de três factores, dos quais só um me diz respeito a mim e ao Governo a que presido.

O primeiro factor é o conflito, já não latente, mas explícito, entre parte desta Assembleia e o Senhor Presidente da República. Por muito respeito que me mereçam uma e outro, devo dizer que tal conflito nada tem a ver com o Governo. Lamento que, em vez de se ter discutido ao longo deste debate, de forma mais aprofundada, o programa e as alternativas possíveis para o País, o tempo tenha sido utilizado para explanação de um ponto a outro, após o qual se subvernia perante os quais o Governo é responsável.

O segundo factor é um fantasma que parece pairar no inconsciente colectivo de parte desta Assembleia: a hipótese de um maquiavélico conluio antidemocrático entre o Senhor Presidente da República e este Governo. Não considero que valha a pena esgrimir contra fantasmas.

O povo sabe, não pode deixar de saber — porque acredita na isenção do Senhor Presidente da República que democraticamente elegeu — que tal conluio nunca existiu nem poderia existir. O respeito pela Constituição, que o Senhor Presidente da República, em todos os momentos, tem mostrado, é mais do que suficiente para dar ao povo português a garantia de caminhos limpos no processo democrático.

O que, a nosso ver, está em causa — e é esse o terceiro factor, que as intervenções desta manhã puseram ainda mais a nu — é o facto de o Governo se assumir como tal, sem ceder à intimidação que o levaria a auto-esvaziar-se do seu mandato como Governo.

E uma tal reserva ou hostilidade, então, porquê? Porque é um Governo que se apresenta frontalmente como um Executivo autónomo, simultaneamente responsável perante o Presidente da República e a Assembleia da República, incapaz, pela sua própria natureza e composição, de se transformar, após a dissolução da Assembleia da República, num simples eco ou braço executivo da vontade presidencial ou da vontade de qualquer partido.

Fundação Cuidar o Futuro



Porque é um Governo que tem a ousadia — que para alguns será usurpação ou despudor — de falar linguagem política, certo de que a política (tal como a poesia), saiu à rua com o 25 de Abril, e de que o Governo não tem de pedir desculpa a ninguém de ser político.

Porque é um Governo que, ao falar uma linguagem política, *desmitifica o exclusivismo da esfera política* que alguns gostariam de continuar a considerar como seu feudo ou seu «latifúndio», para prestígio social.

Porque é um Governo que tem a lucidez de reconhecer os limites objectivos em que se situa e que, por isso, se considerou a si próprio como de «transição». E, mais uma vez, esclareço o duplo sentido da expressão que deliberadamente usei: é um Governo de «transição», porque exerce um mandato entre duas Assembleias virtualmente distintas na sua composição; é um Governo de transição, porque, na ausência da Assembleia da República como um dos órgãos de soberania perante os quais o Governo é responsável, o seu limite temporal é claramente marcado pela Constituição.

Porque é um Governo que assume, sem o dramatizar, o termo do seu próprio poder. E não é preciso ser perito em ciências humanas para se entender que esta atitude em relação ao Poder incomoda porque insólita e, no seu desprendimento patente, insolente. Num momento em que a ambição do Poder põe a nu a desonestidade moral e intelectual dos que fabricam mentiras e afirmam calúnias como se fossem verdades universais, o aparecimento de um Governo que vai ter nas mãos um poder precário no tempo e que a ele se não agarra, é uma afronta e uma inesgotável fonte de mal-estar.

A aparente contradição, hoje, de novo sublinhada por alguns oradores, entre o horizonte limitado do Governo e a perspectivação de programa, qualificado de ambicioso, não tem em devida conta o que, mais uma vez, me vejo obrigada a esclarecer e que aqueles que já tiveram responsabilidades de governação deviam em boa lógica compreender. É que, a não ser que a acção governativa se limite à resolução casuística (e logo arbitraria e discricionária) de situações concretas ou, o que seria ainda mais grave, ao pretexto para favorecer clientelas ou compadrios, todo o Governo, por mais limitada que seja a sua duração, tem a obrigação estrita — a um tempo técnica e política — de saber as motivações dos seus actos e de indicar as razões das suas prioridades.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados:

Talvez fosse expectativa de alguns sectores desta Câmara que eu respondesse às acusações que aqui me foram feitas e que justificam, aos olhos dos Senhores Deputados que as formularam, a sua afirmação de que «o primeiro-ministro e este Governo não oferecem garantias políticas de isenção e de imparcialidade». Responder a tais acusações é uma óbvia tentação. Devo confessar que a minha origem ribatejana me impeliu a fazê-lo já e a descoberto! Mas considero que as calúnias e as mentiras caem, de podres, a seu tempo.



Por muito grande que seja a «ingenuidade» ou «ignorância política» da primeira-ministra, ela nunca confundiria o poder legislativo com o poder judicial! A primeira-ministra não está perante a Assembleia da República como ré. Andam por demais atropeladas, na opinião pública, as competências dos órgãos de soberania, para que o comportamento da primeira-ministra, neste momento, ainda vá acrescentar mais confusão ao panorama geral. Não gostaria que o povo português visse que alguns dos seus representantes haviam transformado a Assembleia da República em tribunal.

Não deixo, no entanto, de fazer aqui duas observações.

A primeira é a verificação de que as acusações, que me são dirigidas, têm que ver não só com a minha actuação política mas, sobretudo, com a pessoa que sou. É a minha convicção de que vale a pena investir tudo em cada momento e a certeza de que não há, portanto, limites calculistas no meu empenhamento político que, obviamente, desconcerta e irrita outros temperamentos. Sou eu, Maria de Lurdes Pintasilgo, com uma história e uma maneira de ser que estou em causa. Ora, nisso, Senhoras e Senhores Deputados, considero-me soberanamente livre e com o direito de o ser numa sociedade que se quer justa e democrática.

Alguns dos Senhores Deputados procuraram fazer uma distinção entre a minha pessoa e o meu comportamento político. Se esses Senhores Deputados julgam, com bitolas diferentes na mesma pessoa, o ser humano e o político; eu, pela minha parte, em todo o comportamento humano, analiso a componente política, e, em todo o político, aprecio o homem. No dia em que um esconder o outro, o mundo ter-se-á transformado num

Fundação Cuidar o Futuro

A segunda observação que quero fazer refere-se ao enquadramento internacional da minha actividade. Contrariamente às afirmações feitas aqui esta manhã, devo esclarecer, perante esta Câmara e, através dela, perante o povo português, que a minha actuação, enquanto representante de Portugal na UNESCO, foi marcada por um crescente e sempre activo apoio por parte dos meus colegas, quaisquer que fossem os grupos geopolíticos a que pertenciam. A minha eleição para o Conselho Executivo da UNESCO teve lugar, por proposta unânime dos países do bloco ocidental e contou com o apoio de 121 países, num total de 126 votantes. E, se mais provas não tivera, de que posso, no plano internacional, representar dignamente o meu país, bastariam os telegramas de apreço e solidariedade recebidos de numerosos Chefes de Estado ou de Governo, de que destaco os primeiros-ministros dos países da CEE.

Ao referir tais dados, não tenho quaisquer intenções de me vangloriar, pois apenas fui voz do povo a que pertença, mas tenho, sim, o desejo bem claro de que o povo português saiba que, através deste Governo, está em estreita ligação com os mais diversos povos e culturas.

Caber-me-ia retomar, neste momento, o objecto principal deste debate: o traçado do programa do V Governo Constitucional. Sinto, porém, depois das intervenções desta manhã, que são quase supérfluos quaisquer novos esclarecimentos que eu, aqui, me propusesse dar. Limi-



tar-me-el, portanto, a insistir sobre alguns aspectos e intenções que possam ainda oferecer dúvida.

Reafirmo, em primeiro lugar, as *perspectivas globais* da acção governativa. Afirmamos, no programa, que o mandato que nos é confiado — a preparação de eleições intercalares — exige a criação de um clima de *acalmia e serenidade, a defesa da liberdade*, tanto pessoal como das comunidades e da Nação no seu conjunto, a *satisfação das necessidades básicas*, o reforço do *poder local* a todos os níveis.

Não formulamos estas quatro grandes perspectivas como figuras de retórica. Julgamos que o acto eleitoral se prepara num enquadramento motivador do voto e num fortalecimento dos laços de solidariedade que ligam uns aos outros os membros de uma mesma comunidade. Estamos conscientes de que um povo se consolida como tal à volta de acontecimentos significativos. Pois, que é a História, senão o acontecimento vivido e repercutido no tecido social? Por isso, a par de todos os mecanismos e programas que no quadro das instituições, para tal vocacionadas, tenham como objectivo o incitamento ao voto, está o Governo disposto a contribuir, através dos meios que lhe são próprios, para que as eleições possam ser vividas como um acontecimento aglutinador do povo português. Entendemos que os nossos compatriotas não esgotam a sua capacidade social e política no acto material do voto. Ao afirmarmos as perspectivas globais da acção governativa, que nos propomos levar a cabo, queremos significar que a preparação de eleições é um envolvente de muitas acções diferenciadas. Vemos como indispensável a convergência dos esforços dos vários sectores da vida nacional, para a criação desse envolvente.

E, perguntarei, entre parêntesis: que um Governo *preocupado* com estes elementos neste enquadramento e com estas preocupações, será sinal de falta de isenção ou sentido das responsabilidades políticas? Aos que desejariam apenas a lubrificação da máquina tecnocrática de preparação do voto, terei de dizer sem ambiguidade que este Governo não é um computador!

Espero que não restem dúvidas, neste momento, entre todos aqueles que estão interessados em preservar e desenvolver uma vivência livre e democrática, sobre a atitude e as «ambições» deste Governo, no que respeita à sua isenção perante o próximo acto eleitoral. Estão definidos por esta Assembleia, na legislação que aprovou, os mecanismos de controlo da veracidade do acto eleitoral. E recordo, mais uma vez, as intervenções que, neste campo, têm as Autarquias — elas já com representação pluripartidária — os partidos políticos como tais, os Tribunais e a Comissão Nacional de Eleições, esta também de composição pluripartidária.

Esquecer este facto ou iludir permanentemente o seu conhecimento não serve a ninguém.

O Governo deseja afirmar, uma vez mais, que, durante a sua actuação, manterá — para além de todas as perplexidades que certos comportamentos lhe venham ainda a causar — a sua firme intenção de contribuir para a pacificação e a acalmia social, procurando o contributo e o diálogo com todos os partidos e forças sociais, mesmo aqueles que parecem escusar-se a esse contributo conjugado e a esse diálogo.

Foi, para este Governo, particularmente grato verificar que a tentativa, que fez, da sua *própria estrutura interna e das suas áreas de actuação*, encontrou apoio e concordância entre a maioria dos Senhores Deputados, que a tal propósito se lhe referiram.



Gostaria de poder dizer, perante esta Assembleia, que o funcionamento do Governo revela já os inegáveis benefícios que decorrem da sua nova estrutura. A colegialidade impõe-se. As decisões são mais eficazmente preparadas. As acções são mais concertadas, desde o início. Segundo a Constituição, o Governo é livre de se organizar como entender. O facto de, internamente, o Governo ter autonomizado três grandes áreas de coordenação não implica, contrariamente ao que foi aqui afirmado, a existência de «superministros», que passassem o tempo a coordenar. Todos os ministros têm o mesmo estatuto. E a coordenação, a nível de áreas, significa que o Governo (e a primeiro-ministro, em particular) não têm do Poder, uma concepção concentracionária.

Mas a importância mais significativa da organização do Governo e do seu trabalho está na forma como esse trabalho se irá concretizar. O terminal de cada sector da governação deixará de ser um terminal isolado, como se o povo, que servimos, fosse sucessivamente consumidor, produtor, utente de serviços de saúde, educando, etc. Não. Esta estrutura pretende conduzir a uma forma integrada de prestação de serviços, de tal forma que o processo de desenvolvimento se destine, na prática, a todas as dimensões da pessoa humana.

Três observações apenas, de ordem geral, relativas aos comentários feitos sobre os objectivos e medidas:

1) É certo que os objectivos e medidas, apontados neste programa, carecem de um plano como quadro de referência. Mas esperamos, também, que a experiência deste Governo permitirá, ela própria, pensar no Plano em outros termos.

Se, como esperamos, for possível tornar operacional a participação do povo na elaboração do Plano, os terminais convergentes da acção governativa poderão fornecer o suporte adequado para tal esforço, enquanto o reforço do poder local, através da descentralização das decisões políticas e da desconcentração das decisões técnicas, dará garantia da adequação das acções às populações que servem.

2) Por outro lado, os objectivos e, especialmente, as medidas, foram formuladas deliberadamente sem recortes nítidos. É um conjunto de intenções programáticas a guiar a actuação do Governo e a impulsionar a aceleração dessa actuação.

Não foram incluídas acções pontuais que, essas, surgirão das «medidas políticas e legislativas», que são as únicas consignadas na Constituição. Por isso, quaisquer indicações relativas a mudanças de quadros se não incluem neste programa. Elas são da responsabilidade do Governo no exercício da sua gestão corrente.

3) Finalmente, quero assinalar que os objectivos e medidas foram prioritariamente concebidos, como muito bem verificou um dos Senhores Deputados, em termos qualitativos. Tal óptica não resulta, apenas, da dificuldade da situação actual em permitir melhorias em termos quantitativos. Resulta também da certeza que há muita coisa a melhorar no seu funcionamento, na criatividade com que é realizada. Este programa contém uma aposta de transformação qualitativa.



7.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados:

Vai o Governo, para levar a cabo a sua acção, pedir à Assembleia da República as necessárias autorizações legislativas nas áreas de competência reservada desta Assembleia. Feita que está, há vários dias, a listagem dos domínios previsíveis para a actuação do Governo, durante cem dias, não deixa de subsistir um problema que foi posto ao Senhor Presidente da República, bem como ao Senhor Presidente da Assembleia da República: a eventualidade de um bloqueio governativo.

Julgamos que mesmo para esta eventualidade, ainda que remota, os dois órgãos de soberania, perante os quais o Governo é responsável, não deixarão de encontrar uma solução constitucional.

Ao termos conhecimento, esta manhã, que, para os domínios de competência reservada da Assembleia da República, nomeadamente no que diz respeito a empréstimos e actualização do Orçamento Geral do Estado, há grupos parlamentares que não estão dispostos a dar essa autorização, não podemos deixar de mostrar a nossa perplexidade e de tornar claro, perante o povo português, que tal decisão significa que certos grupos de Deputados não querem que o Governo tome as decisões necessárias à vida normal deste país.

Antes de terminar, Senhor Presidente, permita-me que agradeça aos Senhores Deputados a contribuição séria e cuidada que deram ao enriquecimento do programa do Governo. Mesmo as perguntas que ficaram sem resposta e reconheço que muitas não vão ser devidamente ponderadas.

Os limites deste Governo vinculam-no, como já tive ocasião de dizer dentro e fora desta Assembleia da República, à execução rigorosa da vontade claramente expressa na Assembleia da República. Esse será um dos marcos norteadores da sua acção.

O debate polarizou-se. Não por culpa expressa do Governo. Com a mesma consciência tranquila e serena com que aqui se apresentou na segunda-feira, o Governo aguarda a decisão sobre o seu programa. Apenas pode dar uma garantia, que os homens e mulheres de boa vontade serão os únicos a compreender: é que independentemente das posições aqui assumidas pelos diferentes grupos parlamentares, a isenção do Governo não sofre qualquer entorse.

Se a neutralidade objectiva do voto é um critério democrático que aplicamos a todas as leis votadas por esta Assembleia da República e que teremos de executar, o mesmo critério aplicaremos à votação que se vai seguir. Será o resultado final que conta e não quem constituiu a maioria que o tornou possível.

